

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: 76

Data: 4 de setembro de 1983

Pg.: _____

Lucio Flavio Pinto

4468

Face agrícola de Carajás (2)

O Projeto Carajás Agrícola pode ser apenas uma justificativa para novos empréstimos internacionais. Como as agências financiadoras não liberam dinheiro sem um plano de aplicação, é preciso gerar um documento e inventar um projeto. Um grupo de técnicos é então contratado, lê alguma bibliografia, consulta documentos, verifica o que está sendo realizado na área, eventualmente faz uma visita panorâmica ao local, junta tudo isso, batiza o produto com um nome pomposo, dá-lhe acabamento atraente e coloca a papelada debaixo do braço como se fosse habeas-corpus para livrar mais alguns milhões de dólares dos entesouradores internacionais.

Embora parecendo fantasiosa, a impressão se depreende da leitura do Carajás Agrícola. É quem raciocinar a partir desse prisma encontrará indícios abundantes que reforçam a suspeita. O documento, antes de mais nada, foi redigido às pressas. Comete até erros matemáticos pueris quando, ao discriminar os investimentos a serem realizados pelo governo brasileiro, chega a 680 milhões de dólares, embora diga que a contrapartida nacional é de 600 milhões. Como explicar os US\$ 80 milhões que sobram? Num gesto de bondade, poderíamos imaginar que eles serão cobertos pelos US\$ 100 milhões que virá de outros credores externos. Mas ainda assim, US\$ 20 milhões ficarão sem explicação.

Além da pressa, a falta de conhecimento real da área por parte dos redatores do documento destaca-se mesmo a uma leitura superficial (a única possível, aliás, diante da fragilidade do Projeto). Ao relacionar os principais produtos extrativos da região, por exemplo, o documento refere-se à madeira (no que é sutilmente, ou involuntariamente, crítico, pois o que se pratica é realmente apenas extrativismo madeireiro), à lenha e ao babaçu. Esquece da castanha. Ou terá sido ato falho de quem, no fundo, está planejando acabar com o extrativismo da castanha?

Propondo-se a aplicar um bilhão de dólares ao longo de cinco anos, o Projeto suscita logo uma pergunta: serão realmente recursos novos? Do BID e de "outras fontes externas", naturalmente que serão. Mas e do governo? Fica a impressão de que os técnicos do Ministério da Agricultura apenas reordenaram programas que já estão em andamento, como o Probor e o Proálcool, dando-lhes outra denominação apenas para efeito classificatório. Como o Ministério da

Agricultura é o órgão responsável, ele vai ter que explicar melhor a questão.

Mas não é apenas a sensação de arranjo que se desprende do documento. Ele é basicamente incorreto, contraditório e impreciso. Causa estranheza que um programa desse tipo destine apenas US\$ 80 milhões à infra-estrutura enquanto aplica US\$ 184 milhões em serviços de apoio. E, entre os sub-ítem constantes destes serviços, sobram apenas US\$ 40 milhões para regularização fundiária. É uma incompreensão da realidade: sem definição domínial, tudo o mais torna-se precário, litigioso.

Os produtores rurais que tomarem conhecimento do Projeto também terão motivos suficientes para desconfiar dos benefícios do crédito que lhes oferecem. Sobre tudo para os pequenos e médios produtores, empréstimos em bancos oficiais tornaram-se miragem: as restrições que o FMI obrigou o governo a impor tornaram o dinheiro não só proibitivo, mas metafísico. O governo diz que existe, mas quem vai ao caixa não o encontra.

É também muito difícil crer que o Projeto, sem um atento, cuidadoso e profundo estudo da realidade, consiga harmonizar pequenas, médias e grandes unidades de produção sem desequilibrar a distribuição de recursos ou a ênfase política. Por outro lado, não se percebe firmeza ou coerência na formulação do Projeto. Embora pareça inicialmente que ele se desviará da diretriz oficial de apoio maciço à pecuária, induzindo a utilização múltipla dos recursos naturais, ao propor a formação de um "bolsão sanitário" entre o sul do Pará e o norte do Mato Grosso, para proteger as fazendas da febre aftosa, ele deixa bem clara sua preocupação com a pecuária de corte, sobretudo a mais desenvolvida, em condições de exportar as "carnes especiais".

E abala a integridade do seu compromisso com as pequenas e médias propriedades quando escolhe, para sede do pólo do Xingu, o núcleo de um projeto de colonização particular como Tucumã, quando as sedes de todos os outros pólos são as próprias sedes municipais. Esta escolha pode até simbolizar uma opção disfarçada por projetos particulares como os parceiros privilegiados de um mal formulado programa de colonização.

Que dizer, por fim, de um Projeto que, habilitando-se a conseguir US\$ 400 milhões de créditos externos e a eles acrescentar US\$ 600 milhões de contrapartida nacional, é montado com base em "estimativas preliminares"? Para um país afundado na dívida pela paranóia dos projetos sugadores de dólar, mas de pouca relevância social (ou de significação inexpressiva face ao ônus financeiro), é demais ficar sabendo que os "planos detalhados para cada sub-projeto previsto" só serão fornecidos no momento dos desembolsos. Isto significa avaliar no escuro, acreditando no que não existe ou dando como existente o que foi escondido. Por tanta incredulidade no passado, estamos pagando caro. Não vale a pena.